

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 25.06.2026

Aprofundar as políticas de apoio às pessoas com deficiência

O Governo tem sempre dado grande importância ao bem-estar das pessoas com deficiência, tem alocado recursos para o financiamento da aquisição de equipamentos auxiliares, o apoio à educação especial, a formação profissional e a integração social, e tem aperfeiçoado as respectivas políticas e medidas. Com os rápidos avanços tecnológicos, surgiram sucessivamente equipamentos auxiliares inovadores, oferecendo às pessoas com deficiência possibilidades sem precedentes de reabilitação e apoio à vida diária, mas o âmbito do financiamento para a aquisição desses equipamentos não acompanha ainda o desenvolvimento tecnológico. Em Macau, os jovens com deficiência enfrentam muitos obstáculos no planeamento de carreira e na integração social, com opções limitadas na formação profissional, o que, em certa medida, restringe o espaço para um desenvolvimento integral dos mesmos. Assim, espera-se que o Governo dê mais um passo no aperfeiçoamento das actuais políticas, avançando de um modelo de “protecção mínima” para “capacitação e desenvolvimento”, e preste a estas pessoas apoio mais prospectivo e específico, para que as mesmas usufruam plenamente dos frutos do progresso tecnológico e do desenvolvimento social, concretizando-se, assim, a participação justa e integração social.

Para o efeito, apresento as seguintes observações:

1. A tecnologia dos dispositivos de apoio evolui rapidamente. Actualmente, o plano especial de subsídios para equipamentos de apoio a pessoas com deficiência e o plano de subsídios para equipamentos de apoio a alunos de ensino especial ainda não abrangem equipamentos inovadores como próteses biónicas avançadas e exoesqueletos inteligentes. Sugere-se a realização de uma revisão periódica das listas de equipamentos subsidiados, incluindo progressivamente, por fases, os dispositivos inovadores adequados, conforme a sua maturidade tecnológica e necessidade clínica, com vista a facilitar a plena participação de pessoas com deficiência e alunos com necessidades educativas especiais nas actividades quotidianas e escolares.

2. O Governo da RAEM anunciou o lançamento, no próximo mês, de um serviço de aluguer de dispositivos tecnológicos inteligentes, permitindo que os interessados utilizem temporariamente ou experimentem esses equipamentos. Caso as pessoas os considerem adequados, após o período de experimentação, é possível optar pela sua aquisição ou solicitar o financiamento através dos planos de subsídios. Assim, sugere-se a simplificação do processo de transição do aluguer para aquisição subsidiada, garantindo uma "ligação perfeita e sem fissuras". Ao mesmo tempo, sugere-se a inclusão, no âmbito dos subsídios, da manutenção, actualização e substituição de equipamentos avançados, evitando situações como "têm poder de compra, mas não possibilidades de os manter". Espera-se ainda a auscultação contínua dos utilizadores do serviço de aluguer, bem como o levantamento de dados sobre a taxa de sucesso de adaptação e avaliação funcional, a fim de servirem de referência para futuras actualizações das listas dos equipamentos abrangidos pelos subsídios e para a introdução de novas tecnologias.

3. Tendo em conta que os jovens com deficiência enfrentam mais obstáculos no planeamento de vida e na integração social, e que, embora as actuais políticas de juventude façam referência a "jovens com necessidades especiais" ou "jovens em situação de vulnerabilidade", enfatizando a igualdade de oportunidades, o apoio à educação, ao emprego e à participação social, o enquadramento global é direccionado para jovens em geral, e as medidas específicas para as pessoas com deficiência são relativamente generalizadas e limitadas. Sugere-se que, no futuro, o planeamento de vida das pessoas com deficiência seja integrado nas políticas de juventude, com a introdução de mais pareceres técnicos especializados, de modo a criar percursos de desenvolvimento personalizados para pessoas com diferentes capacidades e necessidades, ajudando-as a integrarem-se na sociedade ou a encontrar um emprego adequado.

4. Actualmente, o modelo de formação profissional para os deficientes concentra-se, principalmente, em tipos de trabalho específicos, tais como, serviços, logística, etc., o que dificulta a resposta às exigências da linha da frente, originando falta de competição e limitação das opções de trabalho. Sugere-se que sejam criados mais postos de trabalho técnicos, para que os deficientes tenham mais opções de emprego.